



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

ATA DE REUNIÃO

Ao décimo quarto dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois, às 09h:30min, no Gabinete do Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, encontrou-se o Comitê de Governança, Riscos e Controle, em reunião presidida pelo Reitor, José Wally Mendonça, estando presentes: Marcel Mendonça, Teresa Gomes, Fábio Alencar, Ana Cláudia Uchôa, Cristiane Borges, Marcos André Damasceno, Robson Siqueira, Ulisses Vasconcelos, Danilo Reis, Cláudio Oliveira, Milena Mendes. O presidente colocou a minuta da 5ª reunião para aprovação, os presentes aprovaram sem nenhuma alteração. O presidente apresentou o acórdão do TCU 010.292/2022-5, em seguida a Sra. Vladia explicou que em outubro foi recebido o primeiro ofício do TCU ela informou que no dia 20/10 o ofício foi respondido, Sr. Cláudio falou que a DGTI recebeu outros questionários na área de tecnologia e também receberam um outro questionário sobre governança digital, ele falou que os serviços digitais estão sendo cobrados pelos órgãos de controle. Em seguida, a Sra. Vladia falou sobre o questionamento que foi feito pelo TCU acerca do ponto eletrônico e da carga horária docente. Dando continuidade a Sra. Vladia apresentou os formulários que precisam ser preenchidos pelas áreas que são: governança de TI, ponto eletrônico e controles de carga horária docente, estrutura e posicionamento da Audin na entidade e transparência e prestação de contas. A Sra. Vladia explicou que o prazo para responder esses questionários é 28/12/22. Em seguida Prof. Marcel falou sobre a minuta de conflito de interesses e nepotismo apresentando a minuta e explicando que ela foi construída com base no decreto. Encaminhamento: a minuta será compartilhada pela Vladia com os presentes para que eles possam realizar alterações o prazo para resposta será até o 16/12/22 e posteriormente ela enviará para portaria e publicação. A Sra. Vladia falou sobre o projeto de extensão Vem Integrar que será feito dentro da instituição. Em seguida, a Sra. Vladia falou que os índices da DGTI se forem aprimorados conseguiremos alcançar uma boa evolução no IGG, em seguida ela passou a palavra para o Sr. Cláudio que falou sobre a análise do IGG falando sobre os seguintes pontos: gestão estratégica de TIC, gestão de segurança da informação, gestão de riscos de TIC, gestão de projetos de TI, apresentou também a evolução da DGTI desde do último IGG: criação do comitê de segurança da informação, designação de um gestor de segurança da informação, criação da central de atendimento ao usuário para os serviços de TIC. Ações iniciadas: mapeamento e gestão de riscos e implementação do serviço de computação em nuvem visando a continuidade do negócio. Ele apresentou algumas questões de maior criticidade como por exemplo: gestão de riscos, gestão de continuidade e gestão de projetos, planejamento estratégico e monitoramento das ações planejadas. Finalizando apresentou os papéis e responsabilidades que foram definidos nas áreas e apresentou o plano de ação: criação do planejamento estratégico de TIC, construção do plano de continuidade do negócio, atualização e ampla divulgação da política de segurança da informação, criação da política de desenvolvimento de software e elaboração do modelo de governança de TI. Posteriormente, participou da reunião a Sra. Diana Azin, que iniciou sua fala discorrendo sobre a implantação do QR-Code que está sendo previsto para implantação nas instituições de ensino e a lei que será aprovada para implantação de comissões de combate ao assédio sexual nas instituições de ensino. Em seguida passou-se a palavra para o Sr. Marcos André que falou sobre a nova lei de licitações, ele apresentou o acórdão do TCU e falou sobre o IGG. Em seguida discorreu sobre as dimensões do IGG no âmbito das contratações: Integridade, Capacidade, Processos, Riscos, Desempenho e Sustentabilidade. Ele informou que já foi feito o mapeamento dos processos e os riscos. Em seguida apresentou a lei 14.133/2021 que é a lei que substitui a 8.666/93. Posteriormente, apresentou a Portaria da SEGES/ME nº 8678/2021 que trata sobre a governança nas contratações públicas e discorreu sobre a relação da portaria mencionada e o atendimento ao IGG. Ele apresentou as possibilidades de soluções para o IGG das contratações nas áreas: integridade, capacidade, processos, riscos, desempenho e sustentabilidade. E por fim ele sugeriu a centralização das aquisições no âmbito do IFCE, pois dessa forma a instituição só tem a aumentar a sua efetividade neste âmbito. Os presentes decidiram o seguinte encaminhamento: irá sair uma recomendação do comitê que será apresentada ao Coldir essa sugestão sobre a centralização das aquisições. Em seguida Sr. Marcos André falou sobre as minutas que estão sendo finalizadas e que serão encaminhadas para formalização e

posteriormente serão enviadas ao gabinete do reitor. Em seguida ele falou sobre o plano de gestão de riscos de operacionalização da nova lei de licitações. Por fim o presidente agradeceu a presença de todos e, havendo nada mais a tratar, deu por encerrada a reunião às 12h30min. Para constar, eu, Emanuelle Andrezza Vidal dos Santos, secretariando os trabalhos, lavrei esta ata, que, depois de lida e aprovada, será assinada por mim e pelo presidente.



Documento assinado eletronicamente por **Emanuelle Andrezza Vidal dos Santos, Secretária dos Conselhos Superiores**, em 04/04/2023, às 16:38, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jose Wally Mendonca Menezes, Reitor**, em 24/05/2023, às 13:46, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **4413151** e o código CRC **4285DE73**.